ACTA Nº 2

No dia vinte de Dezembro de dois mil e vinte e um pelas vinte e uma horas no edifício sito na Rua Alexandre Herculano nº 20, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão ordinária com a ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória, que se transcreve:

1- Análise, discussão e aprovação das *opções do plano* e *a proposta de orçamento para 2022.*

2- Análise, discussão e aprovação do *mapa de pessoal*.

3- Análise, discussão e aprovação do Regulamento de Apoio a Situações de Emergência Social.

4- Análise, discussão e aprovação da Adenda ao Regulamento de Licenciamento de Actividades Diversas.

5- Constituição de uma Comissão para a Revisão do Regimento da Assembleia.

6- Apreciação da *Informação Escrita.*

Presidiu à sessão a srª Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelos membros da Mesa 1º Secretário António Francisco Tavares Martins e 2ª Secretária Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes todos os membros da assembleia de freguesia, bem como todos os membros de Junta de Freguesia e ainda diversos elementos no lugar destinado ao público, tendo a folha de presenças sido assinada pelos membros da Mesa já referidos e também pelos demais Membros da Assembleia, a saber:

Pelo Partido CHEGA – António Jorge Ferreira Lopes.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação "Tomar Queremos Responder" – Teresa Maria Ribeiro da Fonseca Ramos.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, Joaquim Dias Palricas, Cristina Alexandre Duarte Brito Alves, José António Fernandes Ferreira e António Joaquim Lopes Ferreirinha.

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, Ricardo António Ribeiro Simões e Sílvia Catarina Henriques de Sousa.

A srª Presidente da mesa da assembleia abriu os trabalhos começando por fazer uma breve apresentação pessoal e por solicitar a cada uma das pessoas presentes na sala que fizesse também a respectiva auto-apresentação.

Seguidamente declarou aberto o período de Intervenção do Público e dirigiu-se ao público presente questionando se alguém pretendia intervir, ninguém tendo manifestado vontade de o fazer.

Passou-se então ao **PAOD – Período Antes da Ordem do Dia**.

Começou por pedir a palavra o Membro da Assembleia eleito pelo PSD Alexandre Horta que no uso dela sugeriu que nas convocatórias se fizessem constar os normativos legais pertinentes e insurgindo-se contra o facto de nesta convocatória não constar um ponto com a designação de "Outros assuntos de interesse para a freguesia".

Respondeu a Presidente da Mesa que a elaboração da convocatória era da sua responsabilidade, que considerara dispensável a referência aos normativos legais e que também considerara supérflua a inclusão de um ponto sobre "Outros assuntos" dada a abrangência no PAOD dos conteúdos não incluídos na ordem do dia.

Pela Membro da assembleia Teresa Ramos (CDS-PP/MPT/PT) foi entregue à Mesa uma Proposta escrita na qual se promovia que fosse deliberado reverter para o CIRE o montante das senhas de presença devidas aos participantes desta sessão.

Sobre a tempestividade da apresentação desta proposta e sobre o respectivo conteúdo pronunciaram-se então diversos membros, designadamente Alexandre Horta (PSD), Rui Bugalhão (PS) e Joaquim Palricas (PSD), após o que a Presidente da Mesa decidiu declarar rejeitada a aceitação da proposta por não ter sido apresentada com a antecedência regimental e sugeriu que a mesma volte a ser apresentada para apreciação numa próxima sessão.

Nesta altura passou-se à apreciação e votação da moção apresentada pelo Membro Alexandre Horta (PSD) intitulada "MOÇÃO – Em defesa da Barragem do Carril" a qual fora divulgada por todos os membros da assembleia com antecedência.

O proponente da Moção explicitou então com maior detalhe a respectiva motivação e fundamentos, após o que a mesma foi submetida à aprovação da assembleia, resultando aprovada por unanimidade (13 votos).

Ainda no âmbito do PAOD o Membro Alexandre Horta (PSD) sustentou que as sessões da assembleia deveriam ser transmitidas *on-line* e que as respectivas Convocatórias devem ser divulgadas no *site* da Freguesia. Neste momento a srª funcionária da Junta em serviço de apoio à sessão referiu que tinham sido executados todos os procedimentos para o efeito (divulgação da convocatória no *site*) mas reportando a existência de anomalias no funcionamento do mesmo.

Passou-se antão ao tratamento dos diversos pontos incluídos na **Ordem do dia**:

1- Análise, discussão e aprovação das *opções do plano* e *a proposta de orçamento para 2022.*

Concedida a palavra ao Membro da Assembleia Alexandre Horta (PSD) este solicitou que fosse feita uma justificação das opções do plano pelo que a Presidente da assembleia endossou o assunto para o Presidente da Junta Augusto Barros (eleito pelo PS), que fez uma explanação global de tais opções mencionando que nelas foram acolhidos diversos contributos sugeridos pelas outras forças políticas na medida em que foi possível comportar tais sugestões nos condicionalismos financeiros existentes.

Foi então pedida a palavra pelo Membro da Assembleia Joaquim Palricas (PSD) que apontou deficiências aos documentos em discussão, designadamente a falta de concretização dos objectivos, a falta de especificação das despesas com os eleitos e inadequação da designação da rubrica "grandes reparações" posto que para a mesma está previsto um valor de apenas dez mil euros.

Concedida seguidamente a palavra ao Presidente da Junta Augusto Barros, este realçou algumas obras que tem sido possível concretizar com os poucos meios existentes, frequentemente em cooperação com a câmara municipal, dando como exemplos recentes a limpeza do rio Nabão no troço entre a cidade e o Moinho Novo bem como a abertura da ciclo-via do Açude de Pedra. E referiu que, por exemplo, a instalação de uma árvore solar sugerida pelo PSD e que foi considerada uma ideia interessante para futuro era incomportável neste momento pois teria um custo da ordem dos 39.000 euros, segundo informação obtida.

Relativamente à proposta de orçamento referiu que melhores esclarecimentos poderiam ser prestados pelo Tesoureiro, a quem a Presidente da Assembleia concedeu então a palavra. No uso dela José Maria Henriques Marques (PS) disse que já nos mandatos anteriores fora timbre dos executivos manter sempre as contas equilibradas e que constituindo o orçamento um documento previsional havia sempre a possibilidade de efectuar transferências entre rubricas ajustando os meios às necessidades e imprevistos da execução dos planos anuais. Salientou também o facto de cerca de metade da despesa orçamental estar afecta ao pagamento de vencimentos dos funcionários e respectivos encargos e contribuindo essa e outras componentes da despesa fixa para que a margem de manobra com outras rubricas seja extremamente reduzida. Declarou ainda que seria desejável inclusivamente a contratação de mais pessoal, que faz bastante falta, mas que tal se tornava impossível pelas ditas razões financeiras.

Em seguida foi novamente pedida e concedida a palavra ao Membro Alexandre Horta (PSD) que no uso dela criticou o excesso de pormenorização de objectivos nas opções do plano em discussão e a vantagem que haveria em serem incluídos instrumentos tais como os Planos Plurianuais de Investimento. Concluiu ainda com diversas observações respeitantes à desactualização da informação constante do site da Freguesia bem como de diversas situações particulares tais como as respeitantes ao encerramento temporário da Rua Infantaria 15 e incoerências da numeração policial da Rua António Duarte Faustino.

Por fim ainda interveio novamente o Membro Joaquim Palricas (PSD) que mencionou anomalias na execução do saneamento em vários arruamentos de Santa Marta e suscitou questões relativas à defesa de direitos de particulares afectados pelas alterações ao PDM recentemente aprovadas bem como questionou se teria havido aproveitamento da lenha em resultado dos trabalhos de limpeza e desobstrução do rio Nabão.

Submetido então a votação foi o documento aprovados com 7 votos a favor dos membros eleitos pelo PS e pela coligação CDS/MPT/PT, 1 abstenção do membro eleito pelo CHEGA, com declaração de voto que seguidamente se transcreve e 5 votos contra dos membros eleitos do PSD, com declaração de voto que igualmente se transcreve:

Declaração de voto (CHEGA) – Análise, discussão e aprovação das opções do plano e proposta de orçamento de 2022.

O Deputado eleito pelo partido CHEGA tomou a decisão de abster-se nas votações para as opções do plano e a proposta do orçamento de 2022.

Consideramos que o orçamento reflete a estratégia política da maioria que lidera esta Assembleia de Freguesia.

Propomos a promoção da limpeza de todos os espaços públicos que sejam da responsabilidade desta junta de freguesia. Pressionar o município assim como a Tejo Ambiente de forma a proceder à limpeza e desinfeção de todos os contentores de resíduos sólidos. Interceder junto do município da limpeza de sargetas, e manutenção de rotundas.

Interceder junto do município a construção e reparação de lombas e passeios. Assim como interceder junto das entidades competentes a verificação e reparação, caso se justifique, de paragens de autocarro.

A nossa principal preocupação será sempre o bem-estar dos nossos fregueses.

O deputado eleito pelo Partido CHEGA

Declaração de voto do PSD - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2022

As Grandes Opções do Plano e Orçamento configuram um elemento fundamental para a gestão da Junta de Freguesia, pelo que, não podemos deixar de lamentar a constatação de que o documento apresentado, se revela pouco inovador e, em nossa opinião, pouco musculado, ponderando, em especial, a vasta experiência deste executivo.

O Grupo do PSD constata, com agrado que, algumas das propostas, por si, apresentadas integram o documento colocado à votação, tais como:

- Recuperação de fontanários e sanitários públicos
- Assembleia de freguesia jovem
- Criação de percursos pedestres (ligar monumentos da cidade / Ponte da Vala - Açude de Pedra – Casal do Frades, por exemplo)
- Colocação e/ou correção da toponímia
- Revisão e utilização do regulamento de atribuição de subsídios às associações
- Promover a cooperação das associações em atividades da freguesia

No entanto, não podemos deixar de manifestar o nosso firme entendimento de que, não será pela inclusão de algumas das nossas propostas, que deixaremos de exercer uma análise critica, que se espera de qualquer oposição responsável.

Assim, reiteramos que mantemos a convicção de que ficaram pelo caminho todo um alargado conjunto de importantes sugestões e ideias, que, com ligeireza, foram, por este executivo, ignoradas, designadamente:

Ao nível do **Ambiente**:

- Barragem do Carril – Questionar a segurança da estrutura junto das entidades responsáveis e aproveitamento da albufeira, quer para a agricultura quer para atividades lúdicas;

Da **Ação Social e Habitação**

- Promover a regularidade de visitas por equipas multidisciplinares aos bairros sociais para acompanhamento e aconselhamento da atividade doméstica e de conservação das habitações;

Da **Educação**

- Orçamento participativo jovem;

Da **Mobilidade e Transporte**

- Alargamento da rede Wi-Fi gratuita;
- Avaliação da possível instalação de árvore solar;

Da **Cidadania**

- Descentralizar algumas mesas de voto pela área rural da freguesia;
- Transmissão das assembleias de freguesia via internet;
- Criação de gabinete de apoio ao cidadão (jurídico, fiscal, etc);
- Apoio ao empreendedor (espaços coworking);
- Apoio à competitividade do comércio local (cartão do cliente, estacionamento gratuito, etc).

O Executivo optou por incluir no Plano um vasto conjunto de itens, mais de setenta, alguns, efetivamente, de reconhecida importância, mas muitos outros muito duvidosa possibilidade de implementação, que se resumem a conceitos vagos e genéricos, que carecem, em nossa opinião de objetividade e contextualização, deixando, assim, transparecer a ideia de "querer mostrar serviço" .

Não podemos deixar de manifestar a falta de coerência entre o Plano de Atividades e o Plano Plurianual de Investimento (PPI), pois, enquanto "O Plano Plurianual de Investimentos das autarquias locais apresenta a informação para cada projeto e ação a realizar por investimentos" (citação da documentação das GOP' s), no PPI o executivo não identifica de forma objetiva e coerente as opções do Plano de Atividades.

Por todo o expendido, considerando-se que o executivo poderia adoptar uma postura mais inovadora, o Grupo do Partido Social Democrata irá votar contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento 2022.

Grupo do Partido Social Democrata

2- Análise, discussão e aprovação do *mapa de pessoal*.

Este ponto não suscitou discussão digna de registo, com excepção de alguns esclarecimentos que foram prestados pelo Presidente da Junta de Freguesia a pedido do Membro da assembleia Alexandre Horta (PSD) a respeito da situação de uma funcionária do quadro de pessoal que tem estado praticamente ausente do serviço por motivo de sucessivas baixas médicas.

Submetido o documento a votação foi o mesmo aprovado com uma abstenção do membro eleito pelo CHEGA e 12 votos a favor dos restantes membros.

3- Análise, discussão e aprovação do Regulamento de Apoio a Situações de Emergência Social.

Interveio inicialmente o Membro da AF Joaquim Palricas (PSD) que sugeriu a introdução de diversas alterações ao Regulamento designadamente nos respectivos artigos 5º, 19º e 21º.

Seguidamente interveio a Membro da AF Teresa Ramos que sugeriu outras alterações, designadamente nos artigos 7º, 10º e 16º.

Nesta altura tomou a palavra o 1º Secretário da Mesa António Tavares Martins (PS) alertando a assembleia para o facto de que tratando-se de um regulamento externo e face ao disposto no artigo 5º nº 3 alínea f) e nº 5 do Regimento a proposta em discussão não poderá ser alterada pelo órgão deliberativo, podendo todavia esta recomendar a introdução de alterações por parte do órgão executivo.

Foi então deliberado, por unanimidade dos membros da assembleia, devolver a proposta à Junta de Freguesia e constituir um grupo de trabalho no âmbito da assembleia para analisar melhor o assunto e introduzir os diversos contributos com vista a preparar o texto de uma recomendação a enviar ao órgão executivo por forma a que este posteriormente volte a apresentar nova proposta a submeter à assembleia.

Foram imediatamente indicados pelas várias forças políticas representadas os respectivos elementos que vão integrar este grupo de trabalho, a saber: Joaquim Palricas (PSD), Teresa Ramos (CDS-PP/PPM/PT) que será a coordenadora, António Jorge (CHEGA) e Ricardo Simões (PS).

4- Análise, discussão e aprovação da Adenda ao Regulamento de Licenciamento de Actividades Diversas.

Ao iniciar a discussão deste ponto a Presidente da Mesa precisou que não obstante a designação do mesmo se referir a "Adenda" ao Regulamento, em rigor trata-se de alterar dois dos artigos do próprio Regulamento. Por esse motivo auscultou a assembleia quanto à viabilidade de esta poder vir a aprovar um alteração à ordem de trabalhos reflectindo tal correcção.

Foi porém observado, designadamente pela Membro da AF Sílvia de Sousa (PS) que a correcção terá de ser previamente feita pelo próprio executivo, sob pena de se violar a proibição de alterações imposta pelo já citado artigo 5º nº 5 do Regimento.

Em face do exposto foi deliberado devolver o documento em causa à Junta de Freguesia para os devidos efeitos.

5- Constituição de uma Comissão para a Revisão do Regimento da Assembleia.

Não suscitou controvérsia a apreciação deste ponto, tendo todas as forças representadas concordado na constituição de uma comissão para o efeito constituída por um elemento de cada uma delas, que foi imediatamente indicado, tendo a dita comissão ficado a ser constituída pelos seguintes membros da AF: Teresa Ramos (CDS-PP/PPM/PT), Jorge Lopes (CHEGA), Cristina Alves (PSD) e António Tavares Martins (PS) ficando este último designado como coordenador.

6-* Apreciação da *Informação Escrita.

Aberta a discussão sobre este ponto pediu inicialmente a palavra o Membro da AF Joaquim Palricas (PSD) que questionou o Presidente da Junta sobre a matéria respeitante à limpeza do pátio interior e exterior do tribunal e designadamente se tal intervenção teve alguma contrapartida financeira, uma vez que se trata de uma estrutura dependente do Ministério da Justiça. Fez também algumas considerações sobre a matéria dos cabazes de Natal e sobre outros assuntos.

Em resposta o Presidente da Junta referiu que a limpeza do átrio do tribunal e área circundante ocorre já desde há vários anos a pedido do responsável pelo edifício, designadamente para eliminação de ervas e detritos que se vão acumulando; e que o mesmo sucede na imediação de edifícios de outras instituições, tais como a Polícia de Segurança Pública ou o Canto Firme, a solicitação dos seus responsáveis.

Relativamente aos apoios sociais esclareceu que já a extinta Junta de S. João Batista iniciou este tipo de apoios há muitos anos, numa época em que praticamente não havia outras instituições no terreno a actuar dentro da mesma área; e que actualmente, para impedir abusos por parte de algumas das pessoas apoiadas, é feito sistematicamente o cruzamento de dados para evitar que alguns beneficiem simultaneamente dos mesmos apoios junto das diversas instituições, com prejuízo de outros.

A terminar a sessão a Presidente da Mesa da Assembleia salientou a importância do Conselho Social e das várias iniciativas que visam combater a "depressão social" associada à actual pandemia bem como a necessidade de articulação entre as diversas instituições.

E nada mais havendo a tratar, da reunião foi lavrada a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,

O 1º secretário de Mesa da Assembleia de Freguesia,

A 2ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia,